



Educação Superior como bem Público: Perspectivas para o Centenário da Reforma de Córdoba


Higher Education as a Public Heritage: Prospects
for the Centenary of the Cordoba Reform

Educación Superior como bien Público: Perspectivas para el Centenario de la Reforma de Córdoba

Emanuella Scoz¹ 
¹ Universidade Regional de Blumenau

Correspondência ao Resenhista
¹ Emanuella Scoz
E-mail: manuh.scoz@gmail.com
Universidade Regional de Blumenau,
Brasil
CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/3858787418552795>

Submetido: 06 out. 2018
Aceito: 24 dez. 2018
Publicado: 27 dez. 2018

 [10.20396/riesup.v5i0.8653615](https://doi.org/10.20396/riesup.v5i0.8653615)
e-location: e019022
ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



DIAS, Marco Antonio Rodrigues.
Educação superior como bem público: perspectivas para o centenário da reforma de Córdoba. AUGM: Uruguai, 2017. Disponível em: http://grupomontevideo.org/sito/wp-content/uploads/2017/08/miolo_educacao-superior-como-bem-publico_correto.pdf. Acesso em: 15 abr. 2018.

O capítulo introdutório aborda a educação individualista e a gestão administrativa que se naturalizou no processo de ensino, em detrimento de uma educação da e para a sociedade, com respeito à individualidade cultural. Trazendo-nos como realidade no último século, a evolução do pensamento único, tema do capítulo 1, que aborda como as estruturas internacionais influenciaram sobre a criação de padrões de método e qualidade no ensino superior. O capítulo 2, intitulado evoluções nos organismos internacionais, trata das ideias propagadas por John Williamson durante o Consenso de Washington, como a abertura educacional ao mercado e a necessidade de países 'menos evoluídos' seguirem os modelos de países evoluídos economicamente, como forma de ascensão.

Tema evidenciado no capítulo 3, que trata da imposição do sistema educacional dos Estados Unidos da América, como pano de fundo que evidenciou o aumento do endividamento dos estudantes, aumento do valor da escolaridade em cinco vezes mais que a inflação desde 1983, e a queda na qualidade do ensino. O processo de financiamentos educacionais e auxílio europeu aos países periféricos são tratados no capítulo 4, que gerou um processo de repensar a educação superior, tema do capítulo 5, no contexto neoliberal de mercantilização, abordado no capítulo 6. Estas imposições relativas ao conceito de educação, construído no último século pelos estudantes de Córdoba, revividas em Bolonha e destruídas no Consenso de Washington tratam de imposições culturais, é neste ponto que Dias (2017) critica a compra de modelos prontos provindos de outras realidades culturais, que esmagam o conceito de educação como bem público.

Para Dias (2017) o Brasil, em 2014 conseguiu reduzir o estigma de elitização das universidades públicas, por meio de políticas públicas que levavam em consideração a realidade do país, ações que não impediram a lucratividade dos sistemas universitários particulares, citado no capítulo 7. O capítulo 8 intitulado processos interconectados, trata do processo racionalizado por instituições e diversas empresas, em participação constante com os governos que conseguiu influenciar as operações de ensino através de pressão e influências. O ensino superior como um serviço e as influências políticas externas marcam os capítulos 9 ao 12. Dias (2017) relata as preocupações da UNESCO com a educação pública de qualidade.

O capítulo 13 é dedicado ao processo de Bolonha criado em 1999, precedida pela Declaração de Sorbonne em 1998. A incapacidade das universidades em integrar-se a realidade social e suas necessidades é explorada no capítulo 15, que trata dos *Massive Open Online Courses – MOOCs*. A educação superior como um bem público 'global', reafirma imposição de mecanismos internacionais na educação superior de países sentenciados como menos desenvolvidos, pela inserção do termo 'global', no marco da UNESCO em 2015, citado pelo autor no capítulo 16 e 17. Uma "manipulação ideológica" (DIAS, 2017, p.105), que é confrontada pelo autor no capítulo 18 ao citar o tratado Córdoba, e no capítulo 19 ao tratar da atualização da declaração de 1998. A necessidade de reformas nos sistemas educacionais, por meio de missões que possibilitem a educação para o ser integral e social, tratados no capítulo 20, chegaram ao conceito de autonomia discutido no capítulo 21 sobre a liberdade exercida pela instituição nos atos de pesquisa e ensino, e na autogestão, reformas analisadas nos

capítulos 22 ao 23, buscando a pertinência no ensino superior e a educação de profissionais comprometidos com a mudança social.

Finaliza no capítulo 24 em análise crítica ao julgo que se faz, de ser a virtude decorrente do saber, ao citar uma pesquisa do jornal "China Daily" (DIAS, 2017, p.133) que revelou ser a honestidade uma variável contrária ao nível de saber.

Segundo o autor, Para Dias (2017) o processo de ensino evidencia a visão de educação como bem comercializável, que desintegra o fator humano e social da educação, levando-a ao nível competitivo, reflexo das sociedades modernas. Citando a revolução Francesa e os ideais de liberdade de expressão e a vontade de promover reformas na sociedade que a tornasse um lugar mais igualitário em oportunidades, o autor ressalta um momento de obscurantismo, marca do século XX e XXI. A ideia do autor está relacionada aos movimentos da economia do capital, o progresso iniciado no século das luzes com o iluminismo que culminou na revolução francesa foi pautado no progresso tecnológico para gerar empregos e diminuir as diferenças sociais. Dentre os direitos adquiridos, como o da educação, ao final do século XX, dois séculos após a vitória da razão pela liberdade, igualdade e fraternidade, as economias globais marcadas pelo poder econômico continuam o progresso pela capitalização do mundo, ao que a educação não diferente de outras áreas dos direitos sociais é marcada pela mercantilização do saber, os estados tornando-se menos responsáveis, delegando aos setores privados a organização de métodos que por si se estabeleçam para igualdade.

A lógica do capital que diz que o mundo é regido sob a oferta e procura, e quanto maior a procura, maior a oferta, menores os custos, coordena um processo de expansão das oportunidades, que, no entanto, regidas por pessoas ambiciosas, que utilizam a manipulação dos dados para ofertar a si as melhores posições, guiam a resultados enganosos que mais criam desigualdades e prosperam pré-conceitos do que regem os ideais inicialmente propostos. O poder tomado novamente pelos interesses da nação, e não da criação de uma sociedade plena, direciona os modelos organizacionais, dentre eles as instituições de ensino superior, ofertando os saberes de interesse nacional, onde a sociedade é impedida de participar, não pela força, mas pela ignorância. Teríamos assim a imputação de um pensamento único, ocorrido a partir da segunda guerra mundial quando os Estados Unidos iniciaram um processo de abertura de mercados. Houve a necessidade de uma língua única, e com ela as nações receberam também os valores e o modo de vida, este exemplo retrata a hegemonização da cultura, fator de ordem mundial. Europa, mesmo com sua forte tradição cultural não escapou deste processo, em países jovens como o Brasil é possível ver a absorção das culturas provenientes desta globalização, em negação muitas vezes à própria.

Este pensamento único penetra como senso comum até em instituições cujo objetivo é a emancipação da diversidade cultural das nações, considerado como único modelo válido e respeitado, inclusive para o ensino superior, o modelo das grandes instituições ocidentais, fomentando a imagem de uma sociedade evoluída. Esta hegemonia econômica traz consigo a ideia de considerar os centros de poder econômico como modelos a ser seguidos. Citando o uso do modelo norte americano de ensino superior no Brasil e as inconsistências nos

programas de auxílio ao ensino superior dos países do bloco sul, por parte dos países do bloco norte, surgem importantes apontamentos para o desenvolvimento de condições de trabalho e pesquisa. A crítica surge da ação de liberar para a sociedade, cidadãos que compreendem sistemas mecânicos e processos de mercado, mas não de gestão, liderança e ética, que não reconhecem o meio social regional, nacional e global, e correm o risco de criar produtos e serviços com alto desempenho tecnológico, mas esquecendo-se de questões humanas. O próprio ranking de avaliação gera um modelo eurocêntrico de padrão de qualidade, no que Dias (2017, p.95) cita que “qualidade e pertinência não existem uma sem a outra”.

Para nós que não participamos deste desenvolvimento humano e social, não seria mais interessante voltar nossos olhos ao interior e conhecer-nos e valorizar nossas características, talvez o erro tenha sido justamente negar nossas evidências em prol de uma imagem ao qual não nos reconhecemos. Ao que cita o posicionamento da AUGM frente a UNESCO em utilizar e evidenciar que considera a educação como um bem público, nos moldes dos valores já citados pela UNESCO em 1995. O que nos leva a discutir Córdoba, em seus centenários (1918-2018), e os eventos que se seguiram em torno da educação superior demonstram e necessidade de sempre repensar a educação, em pertinência, melhora na qualidade de conteúdo e gestão para consolidar-se com as mudanças sociais, e internacionalização, para reduzir a diferença entre as nações, assim os debates atuais estão voltados a discutir reforma do ensino, acreditação, vínculos ao mundo do trabalho não se limitando apenas aos interesses das empresas, participação discente na gestão da universidade, democratização, acesso, autonomia da pesquisa voltada as questões da sociedade.

O centenário de Córdoba vem nos lembrar de nosso interesse e responsabilidade na participação destas decisões, e apenas assim é possível desenvolver o cidadão em homem culto, ao passo que a universidade será avaliada não de acordo com padrões de outras nações, mas com o que a sociedade espera dela, único meio ao desenvolvimento. É através da universidade, segundo o autor, que podemos romper as amarras colonialistas e elevar-se como nação culta, através da formação de um profissional comprometido com a mudança social, com a construção de uma sociedade para as pessoas, voltando seus esforços ao coletivo. De maneira a eliminar a falta de humanismo com que se ensinam determinadas ciências, e o isolamento das ciências em relação às ciências sociais aplicadas.

Dentre os direitos adquiridos, como o da educação, ao final do século XX, dois séculos após a vitória da razão pela liberdade, igualdade e fraternidade, as economias globais marcadas pelo poder econômico continuam o progresso pela capitalização do mundo, ao que a educação não diferente de outras áreas dos direitos sociais é marcada pela mercantilização do saber, os estados tornando-se menos responsáveis, delegando aos setores privados a organização de métodos que por si se estabeleçam para igualdade. Este é o quadro do neoliberalismo do século XXI, aponta a um neocolonialismo. Não tendo opções de manter-se no mercado a não ser aceitar, os países do bloco Sul desenvolvem-se sem conseguir acompanhar o ritmo.

A universidade como detentora da soberania do saber, sendo elitista e utilizando como valor cultural o valor das elites, ao aproximar-se das comunidades e transferir o conhecimento acabaria por desmoralizar o saber popular e suas culturas, gerando a hegemonia do saber e da cultura sob a ótica dos poderes econômicos, marcando uma posição ideológica, o pecado do modelo universitário escolhido. Processo consolidado no Brasil pela lei 5.540 que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior, atualmente com revogações, e na Europa pelo processo de Bolonha do século XXI. Apesar das modificações no processo educativo do ensino superior, visando maior inclusão, abertura aos mercados na geração de cursos e amplitude da universidade, todos os atributos e melhorias tem como pano de fundo o processo de mercantilização. Sob estes termos, não poderemos negar a inconsistência em permitir uma sabotagem à humanização do ensino superior, tornando-o meramente objeto de comercialização, sem atentar aos conceitos embutidos no processo educativo.

Esta obra é de fundamental importância para compreensão do surgimento dos processos de ensino superior, da luta pela mudança provinda dos estudantes e da necessidade de uma educação com respeito cultural. Aos professores de todos os anos do ensino no Brasil, auxilia na compreensão de nossa escolarização e das influências políticas externas e internas nas ações pedagógicas vigentes. É uma reflexão importante sobre a autonomia da educação. Marco Antonio Dias é nascido no Rio de Janeiro, licenciado em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG em 1964, com uma extensa participação na política e educação nacional e frente a muitos órgãos de relevância para o tema, dentre eles UNESCO, e com extensa colaboração nos veículos educacionais do país, também honrado e condecorado em todo mundo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

DIAS, Marco Antonio Rodrigues. **Educação superior como bem público**: perspectivas para o centenário da reforma de Córdoba. AUGM: Uruguai, abr.2017. Disponível em: http://grupomontevideo.org/sitio/wp-content/uploads/2017/08/miolo_educacao-superior-como-bem-publico_correto.pdf. Acesso em: 15 abr. 2018.